

Divisão de cargos causa revolta também no PFL

A exemplo do que aconteceu no PMDB, o deputado Humberto Souto (PFL-MG) acusou ontem o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), de ter se comportado como um «ditador» na distribuição de cargos nas comissões da Constituinte. Dizendo-se injustiçado, Humberto Souto (que não conseguiu ser incluído, como queria, na Comissão de Sistematização), foi taxativo: «Durante todo o processo de composição das comissões, ocorreu a ditadura do líder, que gerou grande desgaste no partido».



Humberto Souto vê desgaste

O parlamentar reagiu com veemência também contra o movimento pela substituição do senador Afonso Arinos na presidência da Comissão de Sistematização, que pode ficar com o senador Carlos Chiarelli, líder do partido no Senado, dependendo ainda de votação a ser realizada na próxima terça-feira. Se não houve votação na bancada para a escolha dos presidentes das demais comissões — argumentou — não há razão para que se faça no caso da de Sistematização.

Humberto disse que, se o problema é a «falta de vigor físico» devido à avançada idade de Afonso Arinos, a solução está em se es-

para ser feita com o senador Arinos».

Sábio Idoso

O líder em exercício do PFL, deputado Aleni Guerra (PR), fez questão de assumir ontem a campanha em favor da substituição de Afonso Arinos por Carlos Chiarelli, enfatizando que de início o líder no Senado chegou a rejeitar a idéia. Referindo-se à eleição marcada para terça-feira, na bancada do PFL que compõe a Comissão de Sistematização, Aleni admitiu que surgiram reações à substituição de Arinos, mas não poupou a figura do senador quando indagado a respeito da possível derrota dos que querem Chiarelli na presidência: «Se a veneração ao sábio idoso for considerada mais importante do que a agilidade e a competência para dirigir as reuniões da Comissão, então nós vamos aceitar o veredito da bancada», frisou Aleni, ressaltando em seguida que a escolha de Arinos para a Presidência seria o mesmo que o PFL «abrir mão» do cargo. Aleni (que é médico) diz que não há a menor possibilidade de «um octogenário» aguentar o ritmo da Comissão de Sistematização, que se reunirá cinco horas por dia, durante 10 meses.

colher um vice-presidente também do PFL, desobedecendo ao acordo que há com o PMDB para escolher o vice. «A Frente tem agora que fazer com o PMDB — sugeriu — o mesmo que o PMDB fez com a Frente, desobedecendo a um acordo já firmado. Ainda mais se for para evitar uma grosseria como esta que estaria

Líder tentará impor mais progressistas

O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (SP), só deverá ter definidos os nomes dos quatorze relatores de subcomissão indicados por seu partido na próxima segunda-feira. Até lá ele e seus vice-líderes vão buscar suplantar a crise aberta com as indicações de relator de comissão na quarta-feira, que deixaram boa parte da bancada insatisfeita.

Covas pretendia dar um perfil progressista a suas indicações, o que deixou insatisfeito tanto a ala moderada da legenda quanto o Palácio do Planalto e o PFL. Agora ele terá de rearrumar as indicações partidárias, dando espaço a todos os segmentos peemedebistas. Ontem, no início da manhã, ele foi alertado pelos coordenadores de bancada de que a indicação do partido terá de receber o consentimento dos deputados e senadores peemedebistas daquela comissão ou subcomissão. Foi-lhe alertado que é imprescindível em caso de existência de mais de um candidato ao cargo de relator de subcomissão a realização de eleição entre os membros do PMDB.

Progressistas

Entretanto, o líder do PMDB vai tentar garantir que a linha progressista do partido obtenha a maioria dos cargos de relator de subcomissão. Covas deseja que o senador José Fogaça (PMDB-RS) seja indicado relator da subcomissão do Poder Executivo. Fogaça terá como função relatar o mandato presidencial. O deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), ex-ministro da Agricultura, deverá ser indicado para a subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Os deputados Mário Lima (PMDB-BA) e Geraldo Campos (PMDB-DF), ambos ligados a ala progressista, querem o cargo de relator da subcomissão

dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos. O deputado João Hermann Netto (PMDB-SP), também da esquerda, quer relatar a subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais. Um dos poucos conservadores peemedebistas que disputam uma subcomissão é o deputado mineiro José Ulysses, que busca a indicação para a que discutirá os Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e a atividade Econômica. A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE) deve relatar a subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação.

Prisco Vianna

Para garantir a tranquilidade na área militar, o deputado Prisco Vianna (PMDB-BA), relator da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições, terá de apreciar o parecer dado pelo deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), na subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança. O deputado José Jorge (PFL) irá relatar a subcomissão do Poder Legislativo, enquanto o deputado Alenir Guerra (PFL-PR) será o relator da subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.

O PT indicou o deputado Plínio de Arruda Sampaio (SP) como relator da subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público. O petebista Francisco Rossi (SP) ficou como relator da subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos. O deputado Lisâneas Maciel (PDT-RJ) relatará a subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. O PDS indicou o deputado Darcy Pozza (RS) para ser o relator da subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.



Ulysses foi o porta-voz

Delfim faz pouco caso de Raphael

São Paulo — O deputado Delfim Netto (PDS-SP) negou ontem em São Paulo que pertença a um movimento conspiratório para levar o país ao caos e provocar a intervenção militar, conforme denuncia feita em Brasília pelo ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães.

«Como ministro de Estado, o doutor Raphael deve saber que tipo de doença está produzindo a degeneração interna do governo a que ele se refere» — disse Delfim, acrescentando: «Se existe esta degeneração do governo, que a nação nem sabia, é bom que ele esclareça em que estágio de gravidade se encontra a doença. E preciso que o ilustre ministro responda aos argumentos da oposição e não invente conspirações que não existem».

O deputado Delfim Netto disse ainda: «O doutor Raphael é um homem de convicções, embora um tanto esquerdo. Ele foi o primeiro governador bíblico do país, quando se beneficiou da cassação do então vice-governador Elói Dutra. Foi ele também que escreveu ao então presidente Castelo Branco, protestando contra a demora do governo militar em cassar o jornalista político Carlos Heitor Cony. Hoje, o atual ministro da Nova República continua a «monstrar sua ojeriza contra a imprensa, ao acusar os jornais de terem inventado o «Plano Larida», quando a imprensa apenas registrou a existência de um plano confirmado pelo ministro da Fazenda».

Para Delfim, o ministro Raphael de Almeida Magalhães acredita que o povo esqueceu que ele foi o vice-governador do «grande líder Carlos Lacerda, que deflagrou o movimento revolucionário de 1964». De forma irônica, o deputado Delfim Netto referiu-se ao «espírito democrático» do ministro da Previdência, evidenciado na frase com que Raphael de Almeida Magalhães saudou a atitude da polícia de Brasília, agredindo recentemente bancários grevistas e deputados constituintes. Delfim lembrava a frase que Raphael de Almeida Magalhães disse após a agressão policial, justificando a atitude da polícia: «Democracia é isso mesmo, o povo protesta e o governo reprime».

«Logo — concluiu Delfim — culpar um deputado da oposição pela degeneração do Governo e, à imprensa, pela mentira do seu colega ministro, é coisa de quem não tem argumentos e, eventualmente, tem dificuldades de falar a verdade».

PMDB deve ter maior espaço, afirma Dante

Salvador — O ministro da Reforma Agrária, Dante de Oliveira, disse ontem nesta capital, onde passou dois dias, que em sua opinião pessoal o presidente José Sarney deveria promover logo uma reforma ministerial que contemple melhor o PMDB, levando em conta a nova correlação de forças políticas que se estabeleceu no país, a partir das eleições de 15 de novembro passado.

Em entrevista, antes de ir para um encontro na sede da Fetag com líderes de trabalhadores rurais da Bahia que lhe cobraram mais agilidade na execução da reforma agrária, o ministro Dante de Oliveira deu a sua opinião pessoal sobre a reforma do ministério: «Eu acho que deve haver uma reforma. Salmos de uma eleição que mudou a face do país e tivemos um voto de confiança da população no PMDB. Acho que essa correlação deve se refletir no ministério».

Sarney diz que não há «golpismo»

Enquanto o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebia em seu gabinete telefonema do presidente Sarney, ontem de manhã, desmentindo uma notícia de «golpismo» publicada na primeira página do «Correio Braziliense», a nota repercutiu no plenário da Constituinte, onde se sugeria que o próprio Sarney tomasse a iniciativa de reduzir o seu mandato.

A notícia, intitulada «Sarney denuncia golpismo e defende mandato de 6 anos», dizia que o presidente da República teria identificado uma «campanha orquestrada» para desestabilizar o seu governo, na qual estariam envolvidos desde banqueiros internacionais até candidatos à sua sucessão, como Ulysses Guimarães, Mário Covas e Aureliano Chaves.

Pouco depois das 11 horas, Ulysses ligou para a presidência do comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados e disse que o presidente Sarney acabara de lhe telefonar para declarar totalmente sem fundamento a notícia do jornal brasileiro. Já instruíra seu porta-voz, Frota Neto, para desmentir a notícia. Ulysses disse acreditar que notícias como essas partem de setores que não desejam ver o país na sua plenitude democrática.

No plenário da Constituinte, o deputado Maurílio Ferreira Lima, comentando a notícia, dizia que «desestabilizado já está o conjunto das instituições». Para ele, a via recebida pelo ministro Aureliano Chaves, no Rio de Janeiro, devia ser interpretada como uma manifestação dos estudantes contra o conjunto das instituições e dos partidos políticos. Diante disso, fez uma sugestão ao presidente Sarney: que ele se antecipe à Constituinte e proponha a realização de eleição direta, em 1988, para a escolha do seu sucessor. «Se o presidente

fizer isso, ele sairá do Palácio do Planalto consagrado pela opinião pública» — disse.

Brizola

Por sua vez, em nome do PDT, o deputado Adhemar de Barros Filho (SP) protestou contra a inclusão do nome de Brizola entre os promotores da «campanha de desestabilização» e acusou o governo de «buscar bodes expiatórios fora do Palácio do Planalto para justificar a generalizada incompetência que habita aquela casa».

Já Fernando Santana (BA), pela liderança do PCB, disse não acreditar que o presidente Sarney fizesse confidências como as que lhe foram atribuídas pelo «Correio Braziliense», e, mesmo admitindo que as fizesse, seu amigo, que as ouviu, se tivesse algum senso, jamais iria levá-las a jornalistas.

Em nome da liderança do PFL, o deputado Lúcio Alcântara (CE) dirigiu apelo a todos os partidos para que deem sustentação política a este governo de transição. «Estamos — advertiu — sobre uma pinguela frágil e estreita. Cabe a nós contribuir para que o Brasil realmente possa ingressar nesse período de plena liberdade e plena democracia com que todos nós sonhamos».

Pela liderança do PMDB, Osvaldo Lima Filho (PE) condenou a colocação, na primeira página de um jornal, de «ingrugas palacianas», e advertiu: «E preciso que os homens públicos deste país tenham consciência de que está em marcha um processo de desestabilização das instituições democráticas». Citou declarações do ex-presidente Getúlio Vargas, segundo as quais estaria arrependido de ter promovido a abertura política no país, e de «um ilustre militar», estas publicadas pelo «Diário de Minas», assinalando que já se justificava nova intervenção militar.

Funaro seria o alvo

Andrei Meireles

Desde a instalação da Constituinte, em fevereiro, o presidente José Sarney e o ministro Dilson Funaro têm denunciado, em conversas reservadas, a existência de uma articulação feita pelos banqueiros internacionais e seus aliados externos para desestabilizar o governo e derrubar o ministro da Fazenda.

Na última terça-feira, a Executiva Nacional do PMDB assumiu oficialmente a versão de que há um complô contra o governo, executado através de «manobras e pressões externas, articuladas também pelos aliados domésticos da comunidade financeira internacional». Em conversas informais, contudo, a dimensão real desse processo de desestabilização é minimizada pelas principais lideranças políticas.

A avaliação corrente no PMDB é de que o quadro de perplexidade no país, agravado pela profunda frustração com o fracasso do Plano Cruzado, estimula setores da Velha República a tentar mudar

os rumos do governo Sarney. Soma-se a isto a pressão previsível dos banqueiros, insatisfeitos com a moratória brasileira.

Políticos em trânsito no Planalto asseguram que Sarney, de fato, está apreensivo com um complô, que aproveitaria também a insatisfação de segmentos de esquerda para a criação de um clima de instabilidade. A esquerda seria, segundo esta avaliação, involuntária massa de manobra da direita. Eles ouvem essa versão, mas não a endossam integralmente. Um deputado bastante ligado a Sarney diz que, por ser uma pessoa bastante supersticiosa, ele tende a exagerar a situação. Outro deputado, que está sempre no Palácio, identifica uma paranóia comum a governos em fase de impopularidade. E vários parlamentares reconhecem as pressões, mas desconfiam que elas estejam sendo usadas justamente para tentar assegurar um mandato de seis anos para Sarney. Um deles observa: «Querem nos fazer crer que ruim com Sarney, pior sem ele».



Ministro diz que definir o regime é mais importante

Para Aluizio, é «ficção»

O ministro Aluizio Alves, da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (Sedap), não crê na existência de uma articulação golpista com o objetivo de desestabilizar o governo Sarney. Segundo Aluizio, a palavra golpe somente começou a surgir na imprensa depois que o Brasil suspendeu o pagamento dos juros de sua dívida externa, pedindo a moratória.

Este fato, observa o ministro, evidencia o interesse «de grupos que fazem sistemática oposição ao governo», em apresentar aos credores brasileiros uma péssima imagem do país no momento em que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, reinicia as negociações nos Estados Unidos na próxima semana. Aluizio não soube identificar quais são estes grupos.

O ministro vai mais longe e assegura que «os militares não

estão interessados em assumir novamente a responsabilidade da repressão, como no período ditatorial. Em recente contato que manteve com militares, Aluizio garantiu que eles reconheceram que o atual momento democrático é melhor, «mesmo diante da fase de dificuldade econômica».

Enfatizando que ficar falando em golpe é mera especulação, Aluizio lembra que o fundamental está sendo posto de lado: a definição sobre o novo regime de governo, se presidencialista ou parlamentarista. O resto, frisa, «é ficção política». Definido o regime, só então deverá ser discutido o tempo do mandato presidencial de Sarney. Sobre o assunto, Aluizio comentou que Sarney tem sempre uma resposta clássica na ponta da língua: «Seis anos, cinco ou quatro anos, fico com quantos a Constituinte decidir».